- g) Autorizar a aquisição e alienação ou cedência de bens, sempre que a mesma não resulte do programa anual do Fundo, devidamente aprovado, ou da execução de contratos celebrados;
- h) Deliberar sobre as matérias a que se refere a alínea f) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 583/72, de 30 de Dezembro.

2. O conselho administrativo reunirá ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou seu substituto.

Art. 13.º Nas reuniões dos conselhos geral e administrativo, em caso de empate, o presidente tem voto de qualidade.

Art. 14.º As reuniões dos conselhos geral e administrativo serão secretariadas pelo chefe da Repartição Administrativa da Direcção dos Serviços de Finanças e Administração.

CAPÍTULO II

Dos serviços e do pessoal

Art. 15.º — 1. O Fundo disporá dos seguintes serviços técnicos e administrativos:

- a) Gabinete de Estudos e Planeamento, com uma Secção de Expediente Técnico;
- b) Direcção dos Serviços de Projectos, compreendendo:

Divisão de Urbanização e Edifícios;
Divisão Técnica Geral;
Secção de Expediente Técnico;

- c) Direcção dos Serviços de Obras, compreendendo:

Divisão de Construção;
Divisão de Conservação;
Secção de Expediente Técnico;

- d) Direcção dos Serviços de Finanças e Administração, compreendendo:

Divisão de Contabilidade, com as Secções de Contabilidade Orçamental e de Contabilidade Patrimonial;

Divisão de Património e Contencioso, com as Secções de Património e Contencioso;

Divisão de Gestão Social, com as Secções de Concursos e Distribuição e de Serviço Social;

Repartição Administrativa, com as Secções de Expediente e de Pessoal;
Tesouraria;

- e) Direcções de Habitação do Norte, do Centro, de Lisboa e do Sul, com sedes, respectivamente, no Porto, em Coimbra, em Lisboa e em Évora.

2. O Ministro das Obras Públicas fixará, em portaria, a área de jurisdição de cada uma das direcções referidas na alínea e) do n.º 1, tanto quanto possível de acordo com as áreas das regiões-plano.

Art. 16.º — 1. Ao Gabinete de Estudos e Planeamento caberá o exercício, no âmbito do Fundo, das

funções referidas no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 49 194, de 19 de Agosto de 1969.

2. O Serviço de Inquéritos Habitacionais, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 587/72, de 30 de Dezembro, fica integrado no Gabinete de Estudos e Planeamento.

3. Os serviços a que se referem as alíneas b) a d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 587/72, de 30 de Dezembro, serão assegurados pela Direcção dos Serviços de Finanças e Administração.

Art. 17.º São aplicáveis ao pessoal do quadro do Fundo as normas sobre admissão, provimento e promoções em vigor no Ministério das Obras Públicas, completadas pelo disposto nos artigos seguintes:

Art. 18.º São preenchidos por escolha do Ministro das Obras Públicas os seguintes lugares:

- a) Directores de serviço — entre chefes de divisão e de repartição, engenheiros e arquitectos-chefes de 1.ª classe e técnicos-chefes ou de 1.ª classe do quadro do Fundo, ou entre indivíduos estranhos ao quadro, de reconhecida competência, habilitados com curso superior adequado;
- b) Chefes de divisão — entre engenheiros, arquitectos, técnicos e inspectores do quadro do Fundo, ou entre indivíduos estranhos ao quadro, de reconhecida competência, habilitados com curso superior adequado;
- c) Fiscais de 2.ª classe — entre indivíduos de comprovada aptidão para o exercício do cargo.

Art. 19.º Para a admissão aos lugares abaixo designados são exigidas as seguintes habilitações mínimas ou outras equivalentes ou que vicem a corresponder-lhes:

- a) Técnicos de serviço social: curso superior de serviço social;
- b) Chefes de brigada e inspectores: curso superior adequado;
- c) Agentes: 2.º ciclo do actual curso liceal;
- d) Mecanógrafos: 2.º ciclo do actual curso liceal e curso de mecanografia, comprovado por entidade competente, ou curso de formação adequado das escolas técnicas.

Art. 20.º Ao pessoal auxiliar do Fundo será distribuído fardamento nos termos da lei geral.

Marcello Caetano — Rui Alves da Silva Sanches — José Luís Nogueira de Brito.

Promulgado em 30 de Abril de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 322/73

de 9 de Maio

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 7.º do

Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933, reforçar com a importância de 50 000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 274.º, n.º 1, alínea a) «Encargos gerais — Diversas despesas — Passagens e auxílio a necessitados — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província de Macau em vigor, tomando como contrapartida igual importância a sair do capítulo 4.º, artigo 140.º, n.º 2 «Administração geral e fiscalização — Polícia de Segurança Pública — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Pessoal contratado», da mesma tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 27 de Abril de 1973. — O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Macau. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas

Portaria n.º 323/73

de 9 de Maio

Pela Portaria n.º 443/71, de 19 de Agosto, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 195, foram estabelecidas as normas de classificação do lúpulo. Por razões de ordem climática, reconheceu-se vantajoso alterar o n.º 4 daquela portaria.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Agricultura, que o referido n.º 4.º da citada portaria passe a ter a seguinte redacção:

4.º Será estabelecida para o lúpulo seco e prensado de produção nacional a seguinte classificação:

I classe:

- Lúpulo sem manchas ou muito ligeiramente manchado, não desfolhado, com cor e brilho característico da variedade;
- Ausência de inflorescência (cones) com aspecto denunciador de doenças, acidentes ou fermentações anormais;
- Ausência de sementes, material lenhoso, folhas e substâncias estranhas (pedras, torrões, areias, fios, etc.);
- Lupulina com cor amarelo-ouro e brilho característico;
- Ráquis fino, sem cor verde;
- Humidade final não superior a 10,5 %.

II classe:

- Lúpulo com cor e brilho característicos da variedade, podendo apresentar algumas manchas superficiais que não afectem o aspecto e qualidade da luzulina;
- Ausência de inflorescências (cones) com aspecto denunciador de doenças ou fermentações anormais;
- Ausência de sementes, material lenhoso e substâncias estranhas (pedras, torrões, areias, fios, etc.);
- Lupulina amarelo-ouro e brilho característico;
- Humidade não superior a 10,5 %.

III classe:

- Lúpulo de cor verde, manchado, com folhas, detritos e outros aspectos denunciadores de colheitas e secagem pouco cuidadas, sem que, todavia, excedam os seguintes limites;
- Sementes, pedúnculos (considerados como caules a partir de 2,5 cm), partes de caule e folhas até ao limite máximo de 15 %;
- Sementes até ao limite máximo de 2 %;
- Humidade final até 10,5 %.

Secretaria de Estado da Agricultura, 19 de Abril de 1973. — O Secretário de Estado da Agricultura, *José Eduardo Mendes Ferrão*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Correios e Telecomunicações de Portugal

Portaria n.º 324/73

de 9 de Maio

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado das Comunicações e Transportes, que, ao abrigo das disposições do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 42 417, de 27 de Julho de 1959, seja lançada em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão extraordinária de selos comemorativa da visita do Presidente Médici, com as dimensões de 29,5 mm × 44 mm, denteado 11³/₄, nas taxas, cores e quantidades seguintes:

1\$ — cabeça em fundo verde-escuro	9 000 000
2\$80 — cabeça em fundo verde-musgo	1 000 000
3\$50 — cabeça em fundo azul-escuro	1 000 000
4\$80 — cabeça em fundo tijolo	 1 000 000

Ministério das Comunicações, 3 de Maio de 1973. — O Secretário de Estado das Comunicações e Transportes, *João Maria Leitão de Oliveira Martins*.